

**ABORDAGENS MULTIPARADIGMÁTICAS EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS:
REVENDO PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS À LUZ DA REDUÇÃO SOCIOLÓGICA DE
ALBERTO GUERREIRO RAMOS**

MARIA CLARA FIGUEIREDO DALLA COSTA AMES
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)

ABORDAGENS MULTIPARADIGMÁTICAS EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: REVENDO PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS À LUZ DA REDUÇÃO SOCIOLOGICA DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS

INTRODUÇÃO

Um dos temas recorrentes associados aos Estudos Organizacionais é o debate sobre paradigmas e abordagens multiparadigmáticas. Nesse campo, as perspectivas teórico-metodológicas são variadas e o diagrama de Burrell e Morgan (1979) foi largamente discutido nesses 40 anos, especialmente em favor de abordagens alternativas. Atualmente, encontram-se estudos teóricos e empíricos que fazem uso de abordagens multiparadigmáticas, tanto na Administração Pública quanto na Empresarial, a exemplo de Lewis e Grimes (2007) e Yang, Zang e Holzer (2007).

No entanto, a retórica das diferentes abordagens dá indícios de uma “guerra paradigmática” entre quatro distintas posições: pela incomensurabilidade, integração, pluralismo ou a favor da dissolução (Shepherd & Challenger, 2013). Propostas pluralistas são discutidas por Lewis e Grimes (2007) e Yang *et al.* (2007).

Aderindo à premissa kuhniana da incomensurabilidade, encontramos os trabalhos de Burrell e Morgan (1979) e Jackson e Carter (1991). Nas abordagens pluralistas, algumas estratégias multiparadigmáticas são: por agrupação (Gioia & Pitre, 1990), por interação (Schultz & Hatch, 1996), por interligação (p. ex.: Willmott, 1993) e por metatriangulação (Lewis & Grimes, [1999] 2007). Defendendo a dissolução dos paradigmas, tomamos como referência a discussão de Deetz (1996), entre outros autores.

Hassard e Cox (2013), por sua vez, trazem ao debate as abordagens estruturalista, anti-estruturalista e pós-estruturalista, sugerindo sua inserção ao modelo de Burrell e Morgan (1979). Para nós, é especialmente importante a descrição que fazem dessas abordagens “pós-paradigmáticas” como ontologicamente relativistas. Da mesma forma, tanto Morgan (2007) quanto Denzin e Lincoln (2006, p. 34) afirmam que os paradigmas opostos ao positivista e pós-positivista são ontologicamente relativistas, referindo-se à “múltiplas realidades construídas”.

Diante dessas possibilidades e das pesquisas no contexto brasileiro, pretendemos fazer uma reflexão sobre os pressupostos ontológicos relacionados aos paradigmas estabelecidos por Burrell e Morgan (1979). Tal problemática decorre da consideração da Redução Sociológica, enquanto abordagem proposta por Guerreiro Ramos (1996) para a investigação em organizações.

O que se pretende discutir são os pontos de convergência e divergência, entre os pressupostos ontológicos dos múltiplos paradigmas, e os referentes à Redução Sociológica e ao homem parentético de Ramos (1996; 2001). A pergunta que orienta esse ensaio é: de que maneira abordagens multiparadigmáticas se relacionam com a Redução Sociológica proposta por Ramos (1996)? Dito de outra forma, quais as implicações para os estudos organizacionais ao se adotar premissas ontológicas e da visão da realidade segundo abordagens multiparadigmáticas?

A relação “sujeito e objeto”, isto é, os pressupostos ontológicos mapeados por Burrell e Morgan (1979) são brevemente revistos, bem como os resultados de pesquisas recentes que abordam o assunto. Contudo, o ponto principal a ser abordado são os pressupostos da natureza humana e da realidade. A crença de múltiplas realidades subjetivamente construídas pelo social e a relatividade da pessoa humana são as inquietações a guiar nossa reflexão.

Além de abordagens multiparadigmáticas, contamos hoje com inovações metodológicas e tecnológicas que vêm diversificando o campo. As fronteiras entre “sujeito e objeto” se diluem e o papel do ser humano enquanto pesquisador ou participante cede lugar à processos relacionais de representação (Gergen, M. & Gergen, K., 2006). Essas novas abordagens, ao

validar as pesquisas a partir da representação de múltiplas vozes, acaba por descentralizar o foco no indivíduo, como identificado por Hassard e Cox (2013). Da mesma forma, a visão da realidade e do homem, segundo as posições metateóricas de um ou múltiplos paradigmas, parece não abarcar todas as categorias e possibilidades da natureza humana e de sua realidade.

E o que estaria faltando para os estudos organizacionais partirem de uma ontologia integral referente ao homem e à realidade? Talvez a pergunta seja respondida com as noções de homem parentético, de Ramos (2001), e por uma filosofia antropológica baseada na integralidade humana. Assim, guiando-se pelas premissas contidas na obra de Ramos (1989), *A Nova Ciência das Organizações*, pretende-se refletir sobre a possível relação entre a visão do homem e da realidade a partir de uma visão integral do ser humano, como ser dotado de razão lúcida para refletir e relacionar-se com os demais e com sua realidade (Santos, Serafim, Pinheiro & Ames, 2019).

Reflexões anteriores a este ensaio são tributárias à duas teorias. A primeira compreende a obra de Marcel Mauss ([1924], 2003) sobre a teoria da dádiva e a reciprocidade, considerada como um terceiro paradigma para a sociologia (Caillé, 2002). Além dos paradigmas holista e individualista, a dádiva e a reciprocidade representam a perspectiva relacional. A segunda teoria, oriunda de trabalhos de antropologia e psicologia sobre os símbolos que compõem a realidade humana, é representada por uma série de trabalhos antropológicos e filosóficos que consideram que a relação do homem com a realidade é mediada por uma série de construções simbólicas (p. ex.: Gilbert Durand, 1993; Mário Ferreira dos Santos, 2007; Jordan Peterson, 2018).

Um segundo ponto para discussão diz respeito à influência de valores e crenças na adoção de um ou mais paradigmas nos estudos organizacionais. Kuhn ([1962], 2009) sugere aspectos psicológicos e sociológicos explicativos do estabelecimento de um paradigma, que na análise de Oliva (2012) denota o relativismo epistemológico de Kuhn.

“De um lado, indica a constelação de *crenças, valores, técnicas*, etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para resolução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal.” (Kuhn, [1969] 2009, p. 220, grifo nosso).

À discussão multiparadigmática, adiciona-se o problema de posturas político-ideológicas influenciarem na escolha de certo paradigma. Ou seja, pretende-se refletir sobre a inserção de premissas (ou agendas) políticas nos Estudos Organizacionais.

Como argumenta Paula (2016):

“...nos estudos organizacionais, os conflitos não se dão em torno de questões de premissas que envolvem medidas e técnicas, mas principalmente de posições ideológicas e políticas. O próprio diagrama de Gibson Burrell e Gareth Morgan coloca essa condição *a priori* quando estabelece a polaridade regulação-mudança, pois essa é imbuída de ideologia.” (Paula, 2016, p. 32).

Para as ciências sociais, a importância da discussão de pressupostos ontológicos relacionados às abordagens multiparadigmáticas é bastante significativa, pois atua como base que dará sustentação ao tipo de pensamento, método e teoria organizacional desenvolvida. Tais pressupostos, por exemplo, influenciam na formulação da pergunta de pesquisa, na construção de um arcabouço teórico coerente com a cultura e realidade brasileira e na análise e interpretação dos dados. Dessa maneira, o cuidado com os fundamentos ontológicos pode

contribuir para o desenvolvimento de teorias organizacionais que representem a natureza humana de forma integral.

Acredita-se, portanto, seguindo as premissas da redução sociológica e do homem parentético, que o critério norteador da produção científica em estudos organizacionais deva ser a realidade. E que a realidade, por assim dizer, é mais ampla do que a subentendida nos paradigmas atuais.

Este artigo está assim organizado. Primeiramente, discutem-se os pressupostos ontológicos dos paradigmas sociológicos do diagrama de Burrell e Morgan (1979). Adicionalmente, situa-se o debate multiparadigmático e resultados de pesquisas que utilizaram dessas abordagens. Após essa análise vinculada ao campo de estudos organizacionais, são apresentados os pressupostos norteadores da Redução Sociológica e do homem parentético, de Guerreiro Ramos. Adicionalmente, discutimos sobre os pressupostos expostos, argumentando sobre as limitações das noções de natureza humana e realidade adotadas. Finalmente, reflete-se sobre as implicações da redução sociológica para os estudos organizacionais, considerando a natureza humana e realidade como categorias elementares.

1. PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS A PARTIR DE BURRELL E MORGAN (1979): UM OLHAR PARA A NATUREZA HUMANA E A REALIDADE

No vocabulário de Filosofia de J. Jolivet (1975), a ontologia é descrita como *Onto* – ser - e *logos* – estudo -, daí estudo do ser. É a ciência do ser enquanto ser, isto é, considerado no que lhe constitui a inteligibilidade própria. Sinônimo de metafísica geral ou filosofia primeira. Dito de outra forma, é a parte da metafísica que investiga a natureza do ser e suas relações.

A ontologia é um dos elementos contidos no diagrama de Burrell e Morgan (1979), juntamente com a epistemologia e a metodologia. Burrell e Morgan (1979) apresentam pressupostos metatéóricos da natureza da sociedade - regulação vs. mudança radical (ordem vs. conflito) e da natureza da ciência - subjetiva e objetiva - (Morgan, 2007). Com relação à natureza humana, o polo subjetivo representa as correntes que se baseiam em uma natureza humana voluntarista e ontologia nominalista. O polo objetivista representa uma natureza humana determinista e ontologia realista, como organizado na Figura 1.

Figura 1 – Subjetivismo e objetivismo no diagrama de Burrell e Morgan (1979)

Subjetivismo		Objetivismo
Nominalismo	Ontologia	Realismo
Relação sujeito e objeto	Sujeito e objeto	Sujeito separado do objeto
Voluntarista	Natureza humana	Determinista

Fonte – adaptado de Burrell e Morgan (1979) e Hassard (1991).

Burrell e Morgan (1979) definem a ontologia como “a essência do fenômeno a ser estudado” e a natureza humana como “o *relacionamento* entre seres humanos” (Hassard, 1991, tradução e grifo nossos). Distinguem brevemente a ontologia nominalista da realista. O realismo ontológico pressupõe que a realidade é algo externo ao pesquisador e que sujeito e objeto estão separados. Ao passo que, por uma ontologia nominalista, subentende-se a realidade como produto da consciência individual e a relação entre sujeito e objeto. Em nota de rodapé, afirmam que o nominalismo extremo não reconhece a existência de nenhum mundo fora do reino da consciência individual.

A natureza humana determinista vê o ser humano como condicionado pelo ambiente e produto das circunstâncias. Enquanto a natureza voluntarista atribui ao ser humano um papel

mais criativo, como possuidor de livre arbítrio e criador do seu ambiente. As teorias variam dentro desse contínuo entre os polos (Burrell & Morgan, 1979).

Segundo Morgan (2007), os paradigmas interpretativista e humanista radical enfatizam como a realidade é socialmente construída e sustentada. Se a realidade é “produto da mente de cada indivíduo”, assume-se a existência de múltiplas realidades.

Silveira (2013), ao rever as premissas de Burrell e Morgan (1979), afirma que a ontologia dita não funcionalista/positivista é aquela que concebe a realidade como “um produto da consciência do ser humano”, conforme texto na íntegra a seguir:

O primeiro desses pressupostos está relacionado à ontologia, que coloca aos cientistas sociais a questão de observar se a partir de suas visões a realidade a ser estudada é externa ao indivíduo ou *se é um produto da consciência do ser humano*. (Silveira, 2013, p. 655, grifo nosso).

O parágrafo exemplifica a concepção de que a realidade é subjetivamente construída. Entretanto, Berger e Luckmann (2002) alertam que esse foi um dos equívocos de interpretação sobre o livro *A construção Social da Realidade*. Os autores queriam dizer uma *interpretação* da realidade construída socialmente, e não da realidade *per se*.

Além de Silveira (2013), Paula (2016) e Teixeira, Nascimento e Carrieri (2012) discutem os paradigmas nos estudos organizacionais brasileiros. Mas antes deles, um trabalho estrangeiro que aqueceu o debate é de autoria de Lewis e Grimes (2007), publicado no exterior em 1999 e em português em 2005 e 2007. Começamos por ele.

Lewis e Grimes ([1999], 2007) são favoráveis às abordagens multiparadigmáticas. Classificam e discutem essas propostas em três grupos:

- As revisões multiparadigmáticas são as abordagens que articulam diferentes correntes teóricas, procurando revelar o impacto que as premissas dos teóricos sustentam, tais como a concepção da realidade e da natureza humana; empregam a técnica de agrupação e interligação;
- A pesquisa multiparadigmática articula múltiplas metodologias; na estratégia sequencial, os paradigmas são considerados diferentes, mas complementares. Eles são usados em sequência linear de apenas uma direção, um complementando o outro. As descobertas de um paradigma são recontextualizadas e reinterpretados no segundo paradigma. Ex.: Schultz & Hatch (1996); na estratégia paralela, os paradigmas são aplicados em termos iguais, geralmente para enfatizar diferenças e conflitos entre os paradigmas, mais do que similaridades;
- A construção metaparadigmática: compreende a construção teórica a partir da análise e interpretação dos dados, segundo as lentes paradigmáticas; requer a habilidade de compreender diferenças, similaridades e inter-relações e buscar as interpretações conflitantes (Lewis & Grimes, [1999], 2007).

Lewis e Grimes (2007) também apresentam as etapas e procedimentos para uma construção teórica por metatriangulação. É um processo indutivo, similar à indução tradicional, pelo que se triangula entre os paradigmas. Os autores atribuem à metatriangulação uma maior compreensão de fenômenos complexos, como cultura, poder e trabalho. Seu trabalho, no entanto, não assume para essa discussão multiparadigmática, processos dedutivos, com estabelecimento de hipóteses, categorias de análise a partir das teorias, como se faz pela abordagem funcionalista. O parágrafo a seguir é bem significativo em relação ao posicionamento dos autores:

Ao explorar visões divergentes, a teoria e o debate acadêmico podem se tornar mais complexos e produtivos, silenciando o dualismo entre a objetividade e a

subjetividade e oferecendo *insights* para os diversos atores organizacionais, em vez de *produzir prescrições para seu controle pelas elites*. (Lewis & Grimes, [1999] 2007, p.58, grifo nosso).

Primeiramente, a dualidade “objetividade e subjetividade” no diagrama de Burrell e Morgan (1979) envolve, ao mínimo quatro elementos, dos quais a ontologia e a natureza humana estão sendo consideradas. São os elementos propostos para reflexão nesse ensaio. Além disso, o trecho grifado do parágrafo de Lewis e Grimes ([1999], 2007), desvela mais uma nuance de seus pressupostos, em relação à uma classe, as “elites”. Esses termos retóricos correspondem ao discurso das abordagens a favor da emancipação e contrários à abordagem funcionalista, como analisado por Shepherd e Challenger (2013).

Uma das pesquisas empíricas de abordagem multiparadigmática é o estudo de caso de Hassard (1991). Ele pesquisa o serviço britânico do corpo de bombeiros. Aplicando uma teoria e metodologia relacionadas à cada um dos quatro paradigmas de Burrell e Morgan (1979), define quatro objetos diferentes, resumidos na Figura 2:

Figura 2 – Pesquisa multiparadigmática sequencial de Hassard (1991).

Paradigmas	Teorias	Objetos
Funcionalista	Teoria dos sistemas	Motivação no trabalho
Interpretativista	Fenomenologia	Rotinas de trabalho
Radical humanista	Teoria crítica	Treinamento gerencial
Radical estruturalista	Estruturalismo Marx	Relações empregatícias

Nota: Fonte: adaptado de Hassard (1991).

Os desafios de Hassard (1991) para realizar tal pesquisa envolvem a dificuldade para o pesquisador assumir a perspectiva de diferentes paradigmas. Além disso, o autor relata ter informado à organização somente uma explanação parcial do projeto de pesquisa, centrando-se no paradigma funcionalista. Acreditava que teria dificuldades acerca do paradigma humanista radical e estruturalista radical. Hassard (1991) sugere, ao final da pesquisa, que por questões éticas as várias abordagens devem ser explicadas para a organização.

Retornando aos trabalhos brasileiros, Teixeira *et al.* (2012) analisam a utilização da triangulação entre métodos, em 174 artigos brasileiros de administração. Os trabalhos que adotam esse tipo de triangulação, segundo os autores, não fazem verdadeiramente uma conversação entre os métodos. Apenas é adotado a triangulação entre métodos com o objetivo de uma validação convergente. Essa validação tende a buscar a complementação ou para aumentar a confiabilidade.

Esses foram alguns trabalhos relacionados aos Estudos Organizacionais. Tais pesquisas, somadas às que abordaremos a seguir, também são referências para o campo de Administração Pública.

A noção de paradigma e o diagrama de Burrell e Morgan (1979) também têm sido usados como referência na área de administração pública. No cenário brasileiro, Serva (2013) observa um avanço no debate sobre a epistemologia da administração, e a especialização de pesquisadores de administração nesse tema.

Abordagens multiparadigmáticas são discutidas como uma alternativa para o campo de Administração Pública. Podemos partir da discussão de Yang *et al.* (2007), como também adentrar na análise das teorias no contexto brasileiro, como faz Andion (2012).

Andion (2012) argumenta que, mesmo com o surgimento de novas abordagens, o campo continua com um predomínio do paradigma funcionalista. Em 2007, os artigos de Morgan (2007) e Lewis e Grimes (2007) foram inseridos no debate brasileiro, mas poucos caminhos metateóricos são praticados (Andion, 2012).

A título de exemplo empírico, o estudo de caso de Barcelos e Calmon (2014) realiza uma abordagem multiparadigmática teórica, para examinar o processo decisório da reforma gerencial do orçamento brasileiro, ocorrido em 2000. Isso porque, segundo os autores, predomina o “modelo do ator racional” nos estudos da área. Portanto, adicionam o “modelo de comportamento organizacional” e o “modelo da política burocrática”. Juntas, as abordagens permitiram expandir a compreensão do fenômeno. No entanto, o artigo não discute procedimentos e limites da pesquisa, ou pressupostos vinculados à visão da realidade e à natureza humana.

Yang *et al.* (2007) partem da noção de paradigmas como lentes teóricas ou comunidades acadêmicas. Analisando algumas teorias de Administração Pública, propõem como é possível relacionar uma abordagem multiparadigmática aos processos normais de pesquisa. Afirmam que as abordagens pós-modernas podem expandir o entendimento de certos fenômenos da administração, embora a pouca relevância prática gere certa frustração ao pesquisador. (Yang, Zhang & Holzer, 2007).

Esse e outros trabalhos mencionados não discutem diretamente os pressupostos ontológicos inerentes à tais abordagens. Quais são esses pressupostos em abordagens multiparadigmáticas? Em que tipo de ontologia resulta de abordagens multiparadigmáticas? Uma agrupação de características da natureza humana? Mas, como assumir ao mesmo tempo concepções deterministas e voluntaristas? Qual é a verdadeira natureza humana? Retomaremos essa questão na seção das discussões.

A despeito disso, Hassard e Cox (2013) tangenciam o problema ao reconhecerem o relativismo ontológico de abordagens recentes. Primeiro, os autores propõem a inclusão de três metateorias de Estudos Organizacionais no modelo de Burrell e Morgan (1979): os paradigmas estrutural, antiestrutural e pós-estrutural. A abordagem pós-estruturalista é:

As noted, for the ‘nature of social science’, our argument is that post-structural OT can be classified, paradigmatically, as: ontologically *relativist*, epistemologically *relationist*, and methodologically *reflexive*; this also represents work that, in decentring agency, can be termed *deconstructionist* in accounting for human nature. (Hassard & Cox, 2013, p. 1709).

Um exemplo pós-estruturalista citado por Hassard e Cox (2013) é a Teoria do Ator Rede. Comparado à Burrell e Morgan (1979), Hassard e Cox (2013) apresentam uma terceira opção, caracterizada por uma ontologia relativista. Para a natureza humana, além do determinismo e do voluntarismo, nomeiam a abordagem *desconstrucionista*, na qual o sujeito não é mais central.

Rather than responding mechanistically to the external environment, as per determinism, or being at the centre stage of free will, as per voluntarism, in much third-order theorizing the human subject is relationally ‘decentred’ as the locus of understanding. To account for such a position, rather than invoke an awkward neologism (such as decentrist), given the Derridean overtones and conceptual ancestry, we characterize such theorizing as reflecting a *deconstructionist* view on human nature. (Hassard & Cox, 2013, p. 1711)

Segundo Hassard e Cox (2013), além da natureza humana voluntarista e determinista, hoje podemos admitir uma visão de natureza humana desconstrucionista, representada por

teorias em que os processos relacionais da pesquisa tiram a centralidade dos sujeitos. Especialmente nas abordagens qualitativas, uma alternativa apontada por Gergen, M. e Gergen, K. (2006) é considerar o aspecto relacional entre pesquisador e sujeitos, revelando múltiplas vozes – “metafísica da diferença” - em detrimento à “primazia da mente do indivíduo” – subversão ao individualismo metodológico e novas formas de consciência. (Gergen, M. & Gergen, K., 2006, p. 384).

2. A REDUÇÃO SOCIOLOGICA E A NOÇÃO DE HOMEM PARENTÉTICO DE GUERREIRO RAMOS

Até aqui, vimos que o debate multiparadigmático é uma discussão presente no campo de estudos organizacionais, resultando em propostas e reflexões teóricas e tentativas empíricas de aplicação. Apontamos também que os pressupostos ontológicos referentes à natureza humana e à realidade são pouco considerados, ou estão refletindo a relatividade ontológica da ciência contemporânea. Diante disso, trazemos para discussão os constructos da Redução Sociológica e de Homem Parentético, de Guerreiro Ramos (1996, 2001).

“Redução” representa o oposto de repetição. Frente à produção científica estrangeira, a redução permite eliminar aquilo que perturba a compreensão da essência. É uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos de referência à natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social. (Ramos, 1996).

Três sentidos básicos definem a redução sociológica, de acordo com Ramos (1996): (1) quanto ao método, é a assimilação crítica da produção sociológica estrangeira; (2) quanto à postura, é atitude parentética, como o autodomínio que permite ao homem transcender os condicionamentos externos e internos que limitam a sua expressão livre e autônoma. A atitude redutora contempla uma consciência crítica em relação à realidade nacional e seus condicionantes; e finalmente, (3) como superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra estabelecida.

Ramos (1996) apresenta sete características principais da redução sociológica:

1. É atitude metódica, pela qual se busca encontrar a essência dos fenômenos, diferenciando-se da atitude natural, “ajustada” e acrítica (Ramos, 2001);
2. Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos. Ramos (1996) então concebe a realidade como um conjunto sistemático e dotado de sentido, visto que sua matéria é vida humana, permeada por valorações. “Portanto, os fatos da realidade social fazem parte necessariamente de conexões de sentido, estão referidos uns aos outros por um vínculo de significação.” (Ramos, 1996, p. 72).
3. Postula a noção de mundo: a consciência e os objetos estão reciprocamente relacionados;
4. É perspectivista: na realidade social, o sentido do objeto está ligado ao seu contexto;
5. Seus suportes são coletivos e não individuais: o pesquisador torna sua uma conformação da sociedade em que vive;
6. É um procedimento crítico assimilativo da experiência estrangeira;
7. Embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada.

A redução sociológica descrita por Ramos (1996), permite ao pesquisador construir um arcabouço teórico com teorias de outros campos ou ideologias, pressupostos e contextos de pesquisa, porque se baseia na postura parentética. Essa atitude parentética requer o cuidado para captar a essência da teoria, ao identificar e isolar condicionamentos que não se aplicam em sua realidade e campo de pesquisa.

A atitude parentética, similar ao conceito de “homem parentético”, compreende “colocar-se entre parênteses” diante das determinações e contingências, tais como os inerentes à própria interpretação da realidade - crenças, valores, experiência – e os da realidade social em que se faz a pesquisa (Ramos, 2001).

2.1 Redução Sociológica e seus pressupostos filosóficos

Os antecedentes filosóficos da Redução sociológica de Ramos (1996) estão relacionados às concepções dos filósofos Husserl e Heidegger, autores que tratam da ontologia do ser. Do primeiro, Ramos (1996) considera a experiência transcendental do homem no encontro com os objetos, atingindo o que define como “fluxo puro”. Para esse grau de *epoché*, três reduções são necessárias: histórica, eidética e transcendental.

O segundo realça o problema da *epoché*, ao expor como ela implica o problema do mundo, ou seja, mesmo em contato com a transcendência, o homem e seu objeto estão no mundo, são um “ser-no-mundo”.

Apesar de não usar o termo “simbólico” ao dialogar com Heidegger, Ramos (1996) parece evidenciar a dimensão das referências simbólicas da consciência, concretizadas no mundo sensível, inclusive como o caminho para a construção de conceitos a partir da realidade:

“Para Heidegger, cada objeto do mundo participa de uma estrutura referencial que lhe dá sentido. Implicado nessa estrutura, o homem adquire, no trato com os objetos, uma compreensão do mundo. Esta, porém, é atórica, pré-ontológica. Como alcançar a compreensão teórica? A resposta decisiva é a seguinte: pela suspensão das relações referenciais constitutivas dos objetos no mundo, pela “desmundanização” dos objetos.” (Ramos, 1996, p. 86).

Desses filósofos, Ramos (1996) acolhe principalmente a atitude metódica de analisar radicalmente os objetos. Na atividade de “por entre parênteses”, o cientista social e o homem parentético conseguem compreender os determinantes das produções de uma cultura. A redução sociológica também possibilita encontrar a função desse objeto, isto é, seu sentido para uma comunidade enquanto integrante de uma estrutura referencial, que habita a consciência de seus atores.

Ramos (1996) argumenta que a redução sociológica requer a análise do *background* ideológico da produção teórica, antes de sua importação para o estudo da realidade local. Para o autor, Gunnar Myrdal, Karl Mannheim e Hans Freyer são alguns teóricos que realizaram em sua obra a redução sociológica, embora não a denominassem dessa forma.

2.2 O modelo de homem parentético de Guerreiro Ramos

Ramos (2001) publicou seu artigo sobre o modelo de homem parentético em 1972. Nesse período, emergia a necessidade de compreender as circunstâncias sociais que afetavam a vida das pessoas, especialmente na prática organizacional.

Até então a ciência da administração denotava traços de dois modelos de homem: o operacional e o homem reativo. O primeiro corresponde à um indivíduo conformado à racionalidade funcional, considerado um recurso da organização. Para o segundo, representante da escola humanista, constatam-se necessidades humanas não supridas, mas em grande medida esse conhecimento é usado para melhorar a eficiência da empresa (Ramos, 2001).

O modelo de homem parentético representa a busca pelo crescimento pessoal, ou atualização do próprio ser. Essa atualização, que prepara o caminho para a autorrealização, é um atributo exclusivo da **pessoa humana**, como Ramos (1989) costuma denominar. Ela ocorre por meio da tensão existencial entre as dualidades da existência: mundo sensível e supra mundo,

interesses organizacionais e interesses individuais, indivíduo e sociedade, ética da convicção e da responsabilidade. A tensão integra a racionalidade substantiva e noética, o tipo de racionalidade baseada em valores, que Ramos (1989) recupera da filosofia clássica para constituir uma nova ciência das organizações.

Na prática, o homem parentético possui uma consciência crítica altamente desenvolvida sobre as premissas de valor presentes em seu dia-a-dia. Essa atitude “crítica” suspende ou põe “entre parênteses” as circunstâncias internas e externas da vida, permitindo maior liberdade de pensamento.

“A pessoa consegue abstrair-se do fluir da vida diária, para examiná-lo e avaliá-lo como um expectador.” (Ramos, 2001, p. 7). Esse ponto é significativo para as ciências sociais, em termos da relação “sujeito e objeto”. Ramos (1996) explica que o homem, em sua atitude parentética, tenta deliberadamente romper suas raízes e ser um estranho em seu próprio meio social, de maneira a maximizar sua compreensão desse meio. Essa atitude parentética é definida como a capacidade psicológica do indivíduo de separar-se de suas circunstâncias internas e externas. Os homens parentéticos prosperam quando termina o período da ingenuidade social (Ramos, 2001). Retomaremos esses argumentos na seção sobre visão de mundo e realidade.

Entretanto, o homem parentético não se entrega a um relativismo inconsequente, pois sua versatilidade está comprometida com valores que o conduzem ao primado da razão (no sentido noético), em sua vida social e particular. Tal postura, segundo Ramos (2001) leva o homem a ter um grande senso de individualidade e uma forte compulsão por encontrar sentido para sua vida. Nas organizações, sua postura crítica mantém o homem ciente de sua autonomia diante dos propósitos organizacionais, geralmente imbuídos de uma racionalidade instrumental.

2.3 Realidade e visão de mundo na Redução Sociológica

Nesta seção apresentamos algumas das noções de Ramos (1996) sobre a relação do homem com os objetos, a realidade e a visão de mundo, marcadas por uma influência heideggeriana.

Sobre a consciência do pesquisador, Ramos (1996) afirma ser elaborada a partir do trato com os objetos e as pessoas do mundo particular em que vive. “Não existe um eu acósmico ou a-histórico capaz de prostrar-se diante do mundo, livre de condicionamentos.” (Ramos, 1996, p. 106).

Há uma **implicação recíproca do ser humano e do mundo**. Essa reciprocidade de influências permite compreender a ideia de mundo, que torna inteligíveis as relações entre sujeito e objeto.

O mundo não é uma coleção de objetos que podemos contemplar do lado de fora. O homem é *ser-no-mundo*, não, porém, como um par de sapatos está numa caixa, mas enquanto suas ações implicam o mundo, ou uma visão prévia do mundo (*Weltanschauung*). (Ramos, 1996, p. 107, grifos do autor).

Em resumo, o pesquisador enquanto ser-no-mundo, relaciona-se reciprocamente com os objetos. No entanto, pela atitude parentética e postura crítica, pode alcançar o entendimento da essência de seu objeto de estudo. Com essa abordagem científica, é capaz de atualizar o seu campo de saber e sua própria compreensão do mundo.

Ramos (1996) define a “visão de mundo” como um sistema, devido configurar atos e ideias e ter organicidade. Não se pode intelectualmente chegar à visão de mundo. Segundo Ramos (1996, p. 107), “vivemos necessariamente a visão de mundo de nossa época e de nossa nação”. Disso incorre a necessidade da postura parentética para se captar o passado e o futuro do mundo e da ciência social que ser construir.

4. DISCUSSÃO

Começamos com as noções da natureza humana de Burrell e Morgan (1979), retomadas por Hassard (1991) como “o relacionamento entre seres humanos”. O relacionamento corresponde a um dos atributos contingenciais da vida humana, ou seja, um acidente, entre outras categorias do ser de Aristóteles. Nesse caso, se refere à “relação”: “é a referência que uma substância, ou um acidente, estabelece com outra, por exemplo, amigo, próximo (Joseph, 2008). Falta, nessa definição, considerar a essência humana, ou seja, aquilo que define, em essência, o que o homem é. Essa concepção da natureza humana está, em Burrell e Morgan (1979), restrita à dualidade voluntarismo e determinismo, e atualmente decaída para a definição desconstrutivista (Hassard & Cox, 2013).

Com as vertentes mais recentes do campo, como exposto por Hassard e Cox (2013) percebemos a ocorrência de uma confusão ou mistura entre as noções de ser e ente. É o caso das teorias do ator-rede, citado pelos autores. Essa teoria considera o papel de outros atores, além das pessoas, como também lança a questão sobre entes híbridos. Ontologicamente falando, seria uma inconsistência considerar o homem, ator que existe por si mesmo e é autodeterminado, como semelhantes aos entes, entidades que dependem de outras para se manifestar.

Confunde-se ser com ente. O ser existe por si próprio, é autodeterminado. O termo ente representa tudo o que existe de forma limitada, em função de outro ser, no caso a substância. Por isso também é chamado de acidente. Nove das categorias do ser de Aristóteles são acidentes do ser substancial. A décima é a própria substância, e no caso, o homem (Joseph, 2008).

Entretanto, se tomarmos a obra de Guerreiro Ramos, em suas concepções de racionalidade, no sentido noético e substantivo (1989), do homem parentético (1996) e da redução sociológica (2001), esboçamos os pressupostos de uma natureza humana e realidade muito diferentes daquelas relacionadas a um paradigma isolado ou nas abordagens pluralistas. Paraphraseando Ramos (1996) há uma implicação recíproca do ser humano e do mundo.

Primeiro porque as bases ontológicas polarizadas no diagrama de Burrell e Morgan (1979) não nos parecem corretas em relação ao que percebemos da realidade. O homem não consegue viver completamente separado de seu objeto, sem nunca o influenciar ou ser por ele influenciado. Esse “ser influenciado” significa que o homem, em relação aos objetos e acontecimentos, apreende seus significados e aprende com eles, e assim se atualiza.

Por outro lado, o homem não se relaciona com o objeto a ponto de ser incapaz de abstrair conceitos, ideias ou sentidos. Como sugere Ramos (1989), as mediações entre o homem e o seu entorno se dão por meio da **tensão**, pela qual consegue perceber quais são os seus condicionantes internos (crenças, intenções, sentimentos) e externos (condições sociais, econômicas, políticas).

Os quadrantes de Burrell e Morgan (1979) foram concebidos a partir da incomensurabilidade. Esse pressuposto representa a incomunicabilidade entre paradigmas. Significa que, para alguém que assume a ontologia realista é contraditório assumir ao mesmo tempo a ontologia nominalista. Isso parece sugerir que os pressupostos de natureza humana e ontologia são mutuamente excludentes.

Percebemos os polos “relação entre sujeito e objeto” do polo “sujeito separado do objeto” como termos contraditórios, mutuamente excludentes. Ontologicamente, a contradição se mantém para os casos de abordagens multiparadigmáticas. Como podemos fazer uma pesquisa que ao mesmo tempo pressupõe a natureza humana e a realidade de maneira tão oposta entre si? O que é a organização e o que são as pessoas, segundo estas abordagens?

Por mais que se advogue a favor de múltiplos paradigmas da ciência, o que se torna cada vez mais evidente é uma tendência das abordagens multiparadigmáticas buscarem a validação das pesquisas pela interconexão ou contraposição das construções textuais de cada paradigma,

para as quais é o discurso, as múltiplas vozes, que legitimam a pesquisa, não mais o método científico. Parece-nos também que essa tendência está relacionada com a inserção de agendas e ideologias políticas na área do conhecimento.

Por mais que Ramos (1996) tenha se preocupado com uma sociologia própria para o contexto brasileiro, não imaginamos que ele assumiria tal postura. Pois, ele mesmo argumentava pela assimilação crítica de teorias, livre de elementos ideológicos ou de outra ordem.

Para um pesquisador, a necessidade em aderir à um ou múltiplos paradigmas, cada qual representativo de distintas posturas ontológicas, epistemológicas e metodológicas, parece ser justamente o **condicionamento das ciências sociais à pressupostos sociológicos da própria comunidade científica, e não da realidade.**

Por sua vez, a redução sociológica requer o processo de captar a essência das teorias, livre dos aspectos contextuais, para assim poder considerá-las para a realidade. O que gostaríamos de destacar é a **importância da realidade e do contexto sob investigação**, como o principal fator ao se realizar a pesquisa, frisado por Ramos (1996).

O autor também alerta para o sectarismo das ciências, e sua obra demonstra como as teorias oriundas de vários campos podem ser articuladas, enriquecendo o olhar do pesquisador. Em sua obra, demonstra que é possível conhecer e considerar elementos teóricos de outros autores, independentemente de sua ideologia ou preferências políticas. Assim exemplifica:

Citamos e valorizamos autores que estão no index do marxismo-leninismo, como Jaspers, Husserl, Heidegger, Karl Manheim, sem, no entanto, aderir ao sistema de nenhum deles. Isto é o bastante para que o sr. Gorender veja em A Redução um subjetivismo que não existe. Pode-se não ser hegeliano – é o nosso caso – mas, não digo ignorar, como não incorporar ao esforço de elaboração teórica em nossa época algumas válidas contribuições de Hegel? (Ramos, 1996, p. 30).

Por sua vez, critica perspectivas solipsistas, pois desnaturam e sectarizam o pensamento, afirma Ramos (1996). Com essa crítica, Ramos (1996) antecipa o problema fundante da discussão paradigmática da atualidade:

O solipsismo marxista-leninista nega a herança docente do conhecimento, o *continuum* teórico da comunidade dos pensadores, por vício sectário e conspirativo. Traz para o domínio do conhecimento, indebitamente, o princípio de luta pelo poder. (Ramos, 1996, p. 32).

Além dos pressupostos discutidos, outro aspecto em relação ao modelo de Burrell e Morgan (1979) que gostaríamos de tratar, corresponde a concepção da realidade. Com bases em seus pressupostos, a definição de natureza humana e sua relação com o mundo não contém uma dimensão que ultrapasse o mundo sensível. Ousamos dizer, que os estudos organizacionais, mesmo em correntes como o interacionismo simbólico e as teorias sobre cultura, não costumam considerar os símbolos em sua dimensão transcendental (ascensão para o supra-mundo), apenas em sua dimensão social, ou seja, que representa algo do mundo real. Tecemos estas reflexões tendo por base os estudos sobre a imaginação simbólica relacionados à antropologia de Gilbert Durand (1993).

Uma última discussão se refere à classificação das teorias dentro de paradigmas. Em termos dos autores, por exemplo, por mais que se atribua a Durkheim uma correspondência ao positivismo e à um paradigma holista, uma das questões fundamentais de seus estudos foi a religião. Como Aron (2000) apresenta, a investigação da religião foi um elemento fundamental

para entender o social, nas obras de Durkheim, Vilfredo Pareto e Max Weber, embora tenham abordado a questão de maneiras diferentes.

Queremos dizer que, mesmo através de métodos quantitativos, o autor investiga um fenômeno tão próprio das pessoas, que é a religião e as crenças. Fenômeno também investigado por outras abordagens e métodos. Dessa forma, não faz sentido rotular a obra de Durkheim. Seria o mesmo que pensar Max Weber somente pela teoria burocrática.

Lembramos a obra de Durkheim como exemplo do problema de classificar ou rotular a produção da área. As obras clássicas são sempre revisitadas e reinterpretadas e novos *insights* dão andamento para as ciências sociais. Muito mais coerente e sensato seria acolher a obra dos diferentes teóricos e adotarmos um procedimento de apreensão criteriosa, como a Redução Sociológica de Ramos (1996). E o mais importante, pela atitude parentética de pesquisador, podemos reconhecer os próprios condicionamentos internos e externos, a fim de apreender a realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como realizar uma pesquisa multiparadigmática adotando paradigmas que definem uma natureza humana e ontologia distintas? Parece estranho, mas esta proposta é muito comum no campo de Estudos Organizacionais. No entanto, estamos tão habituados ao debate multiparadigmático que não mais discutimos as concepções de natureza humana e realidade. Esse foi o objetivo desse trabalho, que em seu primeiro esforço, apenas toca o assunto da ontologia em seus fundamentos filosóficos.

Diante do exposto, percebemos que, em primeiro lugar, o debate sobre paradigmas e multiparadigmas participa de uma reflexão sobre a sociologia do conhecimento, e que os estudos organizacionais brasileiros adotaram parte de seus pressupostos, métodos e epistemologias. Não se pode precisar, no entanto, em que medida essa importação passou por um processo crítico de assimilação como o proposto por Ramos (1996).

Acreditamos, dessa forma, que para abordagens abertas à conversação entre teorias e autores não é necessário aderir à uma legenda metateórica. Pela redução sociológica, as teorias que foram liberadas de seus pressupostos e vieses, podem ser adotadas para pesquisas em diferentes comunidades. É o mesmo princípio de quando se lê um livro clássico; independente da época, ele nos parece atual e condizente com a realidade.

A sociologia é crucial para o campo de Estudos Organizacionais, mas é uma entre outras ciências que enriquecem a pesquisa sobre organizações. Psicologia, economia, história, antropologia e filosofia são tão importantes quanto à primeira. O fenômeno organizacional é dinâmico e para algumas áreas a estatística e a matemática também são essenciais.

Nessa linha, as posturas alternativas à ciência positivista oferecem muitos caminhos, mas em grande medida desconsideram a possibilidade de captar aspectos positivos dessa abordagem. Com elas, novas metodologias e teorias foram inseridas no contexto brasileiro. É preciso, então, adotar a redução sociológica diante dessas teorias sobre métodos e multiparadigmas, para apreender desse conhecimento a parte condizente com a realidade local.

Para a redução sociológica, é preciso estarmos cientes dos pressupostos vinculados à adoção de paradigmas ou abordagens multiparadigmáticas, em virtude de motivações ideológicas e da agenda política muitas vezes inerente à perspectiva. Da mesma forma é importante retomar a discussão sobre as premissas contidas em trabalhos sem adesão paradigmática.

De um modo geral, pensamos que a melhor resposta para essas questões é observar a realidade e ter conhecimento de seus próprios princípios e pressupostos, enquanto pesquisador. Aos que acreditam que o homem não é capaz de captar a realidade, mas apenas uma realidade singular que só faz sentido para ele, recomendamos o descanso na certeza de que

temos/participamos de uma racionalidade noética, substantiva, formada pela razão e intuição, que nos permite conhecer, ser e agir nesse mundo. Em decorrência, pensamos não ser necessário novamente fragmentar o conhecimento em “caixinhas” metateóricas. E mesmo a nível de linguagem, a apreensão do que se diz não se dá só pelo signo da palavra, mas pelo contexto. Portanto, o próprio diálogo entre autores, do passado e de hoje, é possível.

Gostaríamos de sugerir para futuras pesquisas o modelo de homem parentético de Guerreiro Ramos (2001) para o estudo das organizações. A pessoa humana tem potencialmente a capacidade de se autoatualizar, isto é, alcançar sua realização, através dessa atitude parentética e mediada pela tensão existencial. É por essa conduta que dá sentido à sua vida e às suas obras, sendo a organização uma delas.

A organização, então, passa a ser entendida como uma entidade duplamente significativa: é simbólica, visto que representa por meios de símbolos os princípios éticos perenes que ordenam a vida. Por isso a importância da ética em todas as esferas da organização, especialmente em relação às pessoas que se relacionam a partir dela.

A segunda é a organização enquanto significante/representante das necessidades e fenômenos pertinentes ao mundo físico, seus condicionamentos ou acidentes. Baseando-se nas categorias do ser de Aristóteles (exceto a substância, exclusividade do ser que existe por si mesmo), os acidentes são: quantidade, qualidade, relação, ação, paixão, quando, onde, postura e estado (Joseph, 2008).

Se o objetivo desse trabalho fosse problematizar a produção científica do campo, só com essas categorias aristotélicas observaríamos que o campo, em sua contemporaneidade, vem se esquecendo da substância para ater-se aos acidentes. Mas isso ficará para uma futura reflexão.

A pessoa humana, retomando a linha de raciocínio, imagina e representa por meios de símbolos: linguagem, imagens, histórias, exemplos. Ela percebe a organização como um símbolo de representação, tanto de suas necessidades e condicionamentos existenciais, como símbolo de sua realização e de seu ordenamento com princípios éticos atemporais, eternos. Pelo menos assim devia ser.

De fato, como Ramos (1989) expõe em sua obra, as organizações têm contribuído para uma patologia comportamentalista e para uma deformação da pessoa humana, na medida que restringe a possibilidade da pessoa se realizar. Além disso, as ciências das organizações vêm mantendo essa condição pois, em sua maioria, não ultrapassam a barreira da existência secular.

Como argumentamos, os desafios para os estudos organizacionais são hercúleos, pois primeiro é necessário que os pesquisadores revejam seu entendimento acerca da natureza humana e da realidade, em sua dimensão sensível, temporal e em sua dimensão simbólica, transcendente. O que propomos não é uma adesão aos pressupostos aqui expostos, mas o reconhecimento da necessidade de reflexão sobre a ontologia, como ponto de partida para escolhas epistêmicas e metodológicas.

O pensamento de Guerreiro Ramos (1989, 1996, 2001), mais do que somente o exposto até aqui, pode ser considerado como um exemplar do elemento simbólico, pois representa para os pesquisadores de estudos organizacionais duas realidades: a capacidade de vivermos socialmente guiados por propósitos éticos transcendentais; e para nossa existência no mundo sensível, é um projeto pelo qual podemos compreender e estabelecer organizações segundo essas duas dimensões da realidade: o mundo-sensível e princípios éticos atemporais.

A apreensão da realidade e a forma de pesquisar, especialmente nos estudos organizacionais, depende das concepções ontológicas sobre a natureza humana e sobre a realidade em si. No entanto, considerando os pressupostos relativistas que se observa nas correntes contemporâneas, é preciso fazer avançar a reflexão sobre como operacionalizar a Redução Sociológica. O motivo decorre da obra de Guerreiro Ramos, que revela uma concepção diferente da natureza humana e da realidade.

Gostaríamos de deixar uma última reflexão desse ensaio. Como dizíamos, talvez nem todos os humanos ditos modernos ou pós-modernos se sintam ligados à uma realidade transcendente, que lhes confere sentido e é fonte de significado para sua existência no mundo sensível. O que não se pode negar, entretanto, é que tradicionalmente uma parte considerável da sociedade age de acordo com uma espiritualidade e, em grande medida, por meio da religião. O homem e a vida contemporânea certamente restringem o ambiente e reduzem as possibilidades para experiências simbólicas reveladoras dessa dimensão. Entretanto, por mais que seja inconcebível ao gnóstico, as experiências humanas representam simbolicamente uma realidade transcendente ou, no caso da vida atual, em algumas experiências raras o homem ascende para essa direção. Os ritos e as práticas religiosas exemplificam essa forma de ação simbólica. Mas acredita-se que em outras esferas, além das organizações religiosas, isso possa ser observado.

REFERÊNCIAS

Andion, M. C. (2012). Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. *Cadernos Ebape.BR*, 10 (1), 1-19.

Aron, R. (2000). *As etapas do pensamento sociológico*. (Trans) Sérgio Bath. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Berger, & Luckmann. (2002). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. 22 ed. Petrópolis: Vozes.

Burrell, G. & Morgan, G. (1979). *Sociological Paradigms and Organisational Analysis. Elements of the Sociology of Corporate Life*. Vermont: Ashgate, 432 p.

Barcelos, C. L. K. & Calmon, P. C. P. (2014). A reforma gerencial do orçamento brasileiro: em busca de múltiplos significados. *Rev. Adm. Pública*, 48(1), 159-181.

Caillé, A. (2002). *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Trad. Alves, E. F. Petrópolis (RJ): Vozes.

Deetz, S. (1996). Crossroads – Describing differences in approaches to organization Science: rethinking Burrell and Morgan and their legacy. *Organization Science*, 7(2), 191-207.

Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2006). A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. (15-41) In Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. *O planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed.

Durand, G. (1993). *A Imaginação Simbólica*. Coleção Perspectivas do homem. Lisboa: Edições 70.

Gergen, M. M. & Gergen, K. J. (2006). Investigação qualitativa: tensões e transformações. (193-217) In Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. *O planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed.

Gioia, D. & Pitre, E. (1990). Multiparadigm perspectives on theory building.

Academy of Management Review, 15(4), 584-602.

Hassard, J. (1991). Multiple paradigms and organizational analysis: a case study. *Organizations studies*, 12(2), 275-299.

Hassard, J. & Cox, J. W. (2013). Can sociological paradigms still inform Organizational Analysis? A Paradigm model for post-paradigma times. *Organization Studies*, 34 (11), 1701-1728

Jackson, N. & Carter, P. (1991). In defense of paradigm incommensurability. *Organization Studies*, 12(1), 109 -127.

Jolivet, R. (1975). *Vocabulário de Filosofia*. (Trans.) Gerardo Dantas Barretto. Rio de Janeiro: Agir.

Joseph, M. (2008). *O Trivium: as artes liberais da lógica, gramática e retórica: entendendo a natureza e a função da linguagem*. (Trans.) Henrique Paul Dymiterko. São Paulo: É Realizações.

Kuhn, T. ([1962], 2009). *A estrutura das revoluções científicas*. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva.

Lewis, M. W. & Grimes, A. J. (2007). Matatriangulação: construção teórica com base em paradigmas múltiplos. In Caldas, M. P. & Bertero, C. O. (Coord). *Teoria das Organizações*, Série ERA- Clássicos. (pp. 34-65). São Paulo: Atlas.

Mauss, Marcel. (2003). *Sociologia e Antropologia*. Trad. Neves, Paulo. São Paulo: cosac Naify.

Morgan, G. (2007). Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In Caldas, M. P. & Bertero, C. O. (Coord). *Teoria das Organizações*, Série RAE - Clássicos. (pp. 12-33). São Paulo: Atlas.

Oliva, Alberto. (2012). O relativismo de Kuhn é derivado da história da ciência ou é uma filosofia aplicada à ciência? *Scientia e Studia*, 10(3), 561-592.

Paula, A. P. P., (2016). Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das Matrizes Epistêmicas. *Cad. Ebape*, 14 (1), 24-46.

Peterson, J. (2018). *Mapas do Significado: A Arquitetura das Crenças*. (Augusto César, Trad.). São Paulo: É Realizações.

Ramos, A. G. (1989). *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Trans. Mary Cardoso. 2nd ed. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Ramos, A. G. (1996). *A Redução Sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Ramos, A. G. (2001). Modelos de homem e teoria administrativa. Trad. Heidemann, F.

Santos, L. S., Serafim, M. C., Pinheiro, D. M. & Ames, M. C. F. D. C. (2019). Razão e Administração: revisitando alguns elementos fundamentais. *Cad. Ebape.BR*, 17(1).

Santos, M. F. (2007). *Tratado de Simbólica*. São Paulo: É Realizações.

Serva, M. (2013, Dec.). Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. *Cad.EBAPE.BR*, 11(4), 500-502.

Schultz, M. & Hatch, M. J. (1996). Living with multiple paradigms: the case of paradigm interplay in organizational culture studies. *Academy of Management Review*, 21(2), 529-557.

Shepherd, C. & Challenger, R. (2013). Revisiting paradigm(s) in management research: a rhetorical analysis of paradigm wars. *International Journal of Management Reviews*, 15(2), 225-244.

Silveira, R. Z. (2013). “- Mãe!? O mundo vai acabar...? Reflexões sobre os desdobramentos e Implicações dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan para os estudos organizacionais. *Cad. EBAPE.BR*, 11(1), 652-670.

Teixeira, J. C., Nascimento, M. C. R. & Carrieri, A. P. (2012). Triangulação entre métodos na administração: gerando conversações paradigmáticas ou meras validações “convergentes”? *RAP*, 46(1), 191-220.

Willmott, H. (1993). Breaking the paradigm mentality. *Organization Studies*, 14, 681–719.

Yang, K.; Zhang, Y. & Holzer, M. (2007). Dealing with multiple paradigms in Public Administration Research. In: Yang, K. & Miller, G. (Eds.). *Handbook of Research Methods in Public Administration*. 2nd ed. New York: Taylor & Francis Group.